

Episódios da história do urbanismo

Resumo: Cerca de oitenta por cento dos cidadãos europeus vivem em zonas urbanas. Estas zonas estendem-se por territórios cada vez mais vastos, naquilo a que se chama correntemente “expansão urbana”, muitas vezes sob a forma de “mancha de óleo”. Neste artigo relatar-se-ão algumas abordagens que marcaram a história do urbanismo internacional e algumas incursões mais recentes no campo da sustentabilidade.

Patrick Geddes (1854-1932), biólogo e filósofo escocês, é credenciado como o “pai” do planeamento regional. Geddes imaginava um modelo de cidade abrangente e grandioso, baseado nas ideias da Cidade-Jardim de Ebenezer Howard (1850-1928). Refere Jane Jacobs, no seu famoso livro “A Morte e Vida de Grandes Cidade”, publicado em 1961, que “com o planeamento regional, as Cidades-Jardim poderiam ser distribuídas racionalmente por amplos territórios, imbricando-se com recursos naturais, em equilíbrio com a agricultura e os bosques, formando um todo lógico e esparso”. As ideias de Howard e Geddes foram activamente propagadas por visionários como Lewis Mumford e Clarence Stein, que acrescentaram às ideias originais o necessário rigor do desenho urbano. Esse modelo de cidade viria a conhecer aplicação prática nas cidades de Letchworth (1904), Hampstead (1909) e Welwyn (1919), que deveriam envolver Londres como pólos alternativos de desenvolvimento e fixação populacional. O Plano para a Região de Londres, de 1944, da autoria de Patrick Abercrombie, previa exactamente uma descentralização populacional por pequenos aglomerados em torno de um núcleo central mais próspero. Nos Estados-Unidos, a influência do modelo de Cidade-Jardim foi mais visível a partir dos anos vinte e perdura ainda nos dias de hoje.

No início do século XX, os modelos orgânicos e a Cidade-Jardim começaram a ser questionados. Os Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna e a Carta de Atenas, redigida em 1933 e tornada pública apenas em 1941, desenvolveram um modelo de cidade radicalmente diferente. Tirando proveito dos avanços tecnológicos na área da construção civil, as cidades passariam a ser constituídas por conjuntos de edifícios altos rodeados de espaço público e zonas verdes. A mobilidade seria assegurada por um conjunto de enormes avenidas. Emerge uma cidade funcional, segregando-se os diversos usos do solo através do seu zonamento segundo quatro funções principais: habitar, trabalhar, recrear-se e circular. As habitações pretendiam-se bem insuladas e airosoas, pelo que a localização e orientação dos edifícios deveria ser de modo a maximizar a exposição solar e a evitar ensombramentos. José Lamas, no livro “Morfologia urbana e desenho da cidade”, conclui que “a metodologia da concepção moderna é completamente diferente. Na cidade

tradicional, a dimensão e a organização do alojamento resultavam da forma do edifício, e este da forma do lote e da sua posição no quarteirão. Para o urbanismo moderno, a célula habitacional é o elemento-base de formação da cidade. Agrupa-se para constituir edifícios, e estes agrupam-se para formar bairros (...). O agrupamento de células habitacionais determina a forma do edifício e o agrupamento de edifícios determina a forma do bairro.” Le Corbusier ocupa um lugar de destaque no movimento moderno e pode ser considerado o principal inspirador do novo modelo de cidade, cidade essa que apelidou de “radiosa”.

Os modelos de Cidade-Jardim e de Cidade Radiosa, embora com profundas diferenças ao nível morfológico, tinham em comum a libertação de amplos espaços para usufruto público. No início da década de sessenta surgiram as primeiras críticas ao movimento moderno. De facto, pesem embora as boas intenções dos seus criadores e da qualidade arquitectónica dos edifícios, a cidade moderna foi pensada em grande escala, uma espécie de produção em massa estandardizada, expandindo-se por territórios cada vez mais vastos. Carecia de locais mais humanos, com que os cidadãos se identificassem, o que se traduziu na reduzida vivência dos amplos espaços públicos e interacção entre pessoas e, conseqüentemente, em problemas sociais. A própria concepção de rua e de quarteirão, tão caros ao urbanismo formal, desapareceu, fenómeno alimentado por um funcionalismo que criava zonas dormitório entediantes.

Jane Jacobs teceu fortes críticas ao que chamou “Cidade-Jardim Radieuse”: “Ele [Le Courbusier] propôs ruas subterrâneas para veículos pesados e transportes de mercadorias, e claro, como os planeadores da Cidade-Jardim, manteve os peões fora das ruas e dentro dos parques. A cidade dele era como um brinquedo mecânico maravilhoso. (...) Mas, no tocante ao funcionamento da cidade, a Cidade-Jardim só diz mentiras.” Reaparece assim o interesse e o estudo do pormenor e do desenho urbano, como são disso exemplo os trabalhos de Gordon Cullen e de Kevin Lynch.

Estavam lançadas as bases para o aparecimento, mais tarde, do “Novo Urbanismo”. Preocupados com a evolução da cidade, com o alastrar dos subúrbios e com o alheamento dos cidadãos, um conjunto de técnicos com variadas formações académicas fundou, em 1993, o Congresso do Novo Urbanismo. A sua Carta¹ contém um conjunto de princípios que, aplicados ao nível regional, do bairro e do edifício, evitariam o alastrar da cidade, estimulariam a sua renovação, tornariam a habitação mais acessível para os carenciados e promoveriam o transporte público. O Novo Urbanismo prevê uma harmonização equitativa das taxas locais entre os vários municípios da região de modo a evitar a competição destrutiva por receitas e a promover a concertação de estratégias. A

¹ http://www.cnu.org/cnu_reports/Charter.pdf.

sua filosofia retoma alguns dos valores perdidos com o Movimento Moderno e que estavam presentes na urbanística formal, adaptando-os à realidade do mundo actual, com as suas megacidades, conurbações e metrópoles. Incorpora ainda princípios de sustentabilidade ambiental (redução do consumo de energia, de água e de outros recursos) e preocupações com a salvaguarda do património, que não estavam presentes no início do século XX.

Peter Calthorpe e William Fulton (2001), naquele que é talvez o mais influente livro do Novo Urbanismo, “The Regional City”, baseando-se no trabalho de outros autores em torno da problemática dos subúrbios americanos (as chamadas “edge cities”), lançaram as bases da nova filosofia de planeamento regional e das necessárias interacções à escala local. Defendem que as conurbações devem transformar-se progressivamente em cidades-região onde cada um dos municípios colabora com os outros e partilha com eles estratégias comuns. Para isso é necessário revitalizar os subúrbios e os centros históricos, tantas vezes desertificados como consequência da expansão urbana descontrolada, e pensar a região como um conjunto de redes articuladas entre si. Muito esquematicamente, dividem a região em quatro unidades distintas:

- centros: o principal destino do bairro, cidade ou região;
- distritos: áreas com vocações mais especializadas, dominadas por uma determinada função;
- reservas: áreas livres constituindo no seu conjunto uma rede ecológica;
- corredores: os elementos de ligação das áreas naturais e as redes de infra-estruturas e de transportes.

Um mapa regional seria constituído por um mosaico bem articulado destes quatro elementos base, tendo em conta as relações entre as várias peças.

O modelo do Novo Urbanismo, em particular o defendido em “The Regional City”, é muito apelativo, mas é demasiado genérico e esquemático. Acresce que reflecte excessivamente a realidade americana. Na Europa, pese embora o alastrar das áreas metropolitanas, as densidades de ocupação do solo são, por norma, superiores. A segregação de usos é menos comum, existindo quase sempre alguma mistura, pelo menos de comércio, serviços e habitação.

Desenvolvimento urbano sustentado

A qualidade do ambiente urbano é cada vez mais um factor importante para os cidadãos, em virtude da crescente taxa de urbanização e da percentagem de população urbana existentes. Diversos

programas internacionais, como a Agenda 21 Local², Habitat³, Cidades Saudáveis⁴ e Cidades Sustentáveis⁵, nos quais as agências das Nações Unidas estão envolvidas, são disso mesmo uma prova. O Centro Habitat elabora periodicamente relatórios mundiais de grande qualidade, como o “State of the world’s cities 2001” e o “Cities in a globalizing world: global report on human settlements 2001”. A Nova Carta de Atenas, da responsabilidade do Conselho Europeu de Urbanistas, é um documento completamente diferente da Carta de Atenas de 1941. A sua mais recente versão⁶, aprovada em Lisboa em 2003, apresenta a visão da “cidade interligada” através de um conjunto de princípios onde, segundo Jorge Carvalho, predomina a “linguagem redonda (...) não sendo suficientemente explicitados os conflitos em presença”. No âmbito do Conselho da Europa há que destacar a Carta Urbana Europeia, elaborada em 1992, e os “Princípios Orientadores para o Desenvolvimento Territorial Sustentável do Continente Europeu”, de 2000.

O ambiente urbano é também uma das prioridades da Comissão Europeia, mais concretamente do Sexto Programa de Acção em matéria de Ambiente “Ambiente 2010: o nosso futuro, a nossa escolha”, que lhe dedica uma estratégia temática (entre sete). Esta tem como objectivo global “melhorar o desempenho ambiental e a qualidade das zonas urbanas e assegurar um ambiente de vida saudável para os cidadãos urbanos na Europa, reforçando a contribuição ambiental para o desenvolvimento urbano sustentável, tendo simultaneamente em conta as questões económicas e sociais conexas”. As preocupações da Comissão remontam a 1991, quando foi publicado o Livro Verde sobre Ambiente Urbano. O programa das Cidades e Vilas Sustentáveis⁷, iniciado em 1993, conheceu um forte impulso no ano seguinte com a Carta de Ålborg, hoje assinada por 2030 municípios. Pouco depois, em 1996, o Grupo de Peritos em Ambiente Urbano lançou o Relatório das Cidades Sustentáveis, uma referência na matéria.

A um nível mais teórico, a importância do *design* urbano enquanto promotor da vitalidade das cidades parece ter conquistado definitivamente os urbanistas, o que pode ser encarado como um revivalismo do urbanismo tradicional. Actualmente, porém, a preocupação com a boa forma urbana não surge isolada e é conciliada com as questões ambientais na procura de soluções com menores impactos ambientais. É o campo do *design* urbano ecológico, área em grande expansão e fortemente criativa, de que as obras de Papanek (1998) e Thomas (2002) são dois exemplos.

² <http://www.iclei.org/ICLEI/la21.htm>.

³ <http://www.unchs.org>.

⁴ <http://www.who.dk/healthy-cities>.

⁵ <http://www.unchs.org/programmes/sustainablecities/default.asp>.

⁶ <http://www.ceu-ectp.org/e/athens>.

⁷ <http://www.sustainable-cities.org>.

Para saber mais

- Calthorpe, Peter e William Fulton (2001). *The regional city: planning for the end of sprawl*. Island Press;
- Carvalho, Jorge (2003). *Ordenar a Cidade*. Quarteto Editora, Coimbra;
- Comissão das Comunidades Europeias (1998). *European sustainable cities*. 2ª edição. Office for the Official Publications of the European Communities, Luxemburgo;
- Hall, Peter (2002). *Cidades do amanhã: uma história intelectual do planeamento e do projecto urbanos no século XX*. Editora Perspectiva, São Paulo;
- Jacobs, Jane (2000). *Morte e vida de grandes cidades*. Martins Fontes, São Paulo;
- Lamas, José (2000). *Morfologia urbana e desenho da cidade*. 2ª edição. Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia, Lisboa;
- Papanek, Victor (1998). *Arquitectura e design*. Edições 70;
- Rogers, Richard (2001). *Cidades para um pequeno planeta*. Editorial Gustavo Gili, Barcelona;
- Thomas, Randall (2002). *Sustainable urban design: an environmental approach*. Spon Press, Londres;
- United Nations Centre for Human Settlements (Habitat) (2001). *Cities in a globalizing world: global report on human settlements 2001*. Earthscan publications;
- United Nations Centre for Human Settlements (Habitat) (2001). *The state of the world's cities 2001*. United Nations Centre for Human Settlements, Nairobi.

Nuno Quental

7/12/2004